

Marcas da Lama: dois anos de resistência e luta



JOKA MADRUGA

O dia 5 de novembro de 2015 entrou para a história de inúmeras famílias e cidades ao longo da Bacia do Rio Doce. O rompimento da barragem de Fundão destruiu o distrito de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, em Mariana, matou 19 pessoas e levou uma en-

xurrada de lama por mais de 800km, chegando até o litoral do Espírito Santo. Passados dois anos da maior tragédia socioambiental do país, os atingidos ainda lutam para garantir os seus direitos de forma definitiva, como as reparações e as indenizações e o

reassentamento. Desde o primeiro momento da tragédia, a arquidiocese de Mariana se mostrou presente e apoiando os atingidos.

Para manter viva a identidade desse povo e diminuir a dor das perdas, algumas ações são realizadas, como o Jornal

A Sirene. Produzido mensalmente pelos atingidos com o apoio de equipe de jornalistas, o jornal resgata histórias de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo, comunidades rurais e Barra Longa, além de acompanhar todo o processo.

Páginas 6 e 7

Assembleias Regionais

Guiados pelas pistas de ação do Projeto Arquidiocesano de Evangelização (PAE 2016-2020) e suas características socioeclesiais, as regiões pastorais da arquidiocese estão planejando suas prioridades para os próximos três anos. Essas propostas estão sendo elaboradas

nas Assembleias Regionais de Pastorais. Como forma de garantir a unidade destas assembleias com a arquidiocesana, a coordenação arquidiocesana elaborou um subsídio que serviu de base para cada região desenvolver a sua assembleia de pastoral.

Página 5

Encontro da Liturgia

Relizado entre os dias 20 a 22 de outubro, o Encontro Arquidiocesano de Liturgia reuniu mais de 100 pessoas na Casa de Retiros Nossa Senhora da Alegria, na Vila Samarco, para o estudo do tema "O Espaço Litúrgico".

Além de oficinas e palestras, os participantes tiveram a

oportunidade de realizar uma visita orientada à Igreja de Nossa Senhora Aparecida, em Mariana, que passou recentemente por uma revitalização e uma importante modificação de suas estruturas. Júlio Quaresma, projetista arquitetônico, foi o responsável pelas explicações.

Página 4

Há dois anos, a tragédia da barragem de Fundão assola e amedronta os atingidos, a bacia do Rio Doce e todas as cidades-comunidades que foram sacrificadas desde o fatídico dia 5 de novembro de 2015.

O poder econômico é a causa primeira desse enredo que parece não ter fim. Uma história que assombra e que exige explicações e resoluções, malgrado a penalidade sobre as populações e as pessoas mais diretamente atingidas. A terra clama por justiça e não se sabe, até o momento, quando retornará a paz para as cidades de Mariana e Barra Longa, seus povoados e toda a extensão geográfica tomada pela lama dos rejeitos da barragem que se encontravam no extinto Bento Rodrigues.

As empresas Vale, BHP Billiton e Samarco são as responsáveis pela tragédia anunciada, uma vez que a fiscalização era precária e os laudos ambientais não condiziam com a realidade. Não havia sinalização capaz de noticiar, em tempo hábil, a saída emergente dos moradores do antigo Bento. A tarde do dia 5 de novembro de 2015 preanunciava a maior danificação que aconteceu no país. Mortes de pessoas inocentes jamais serão esquecidas nem haverá indenização que pague sua memória. Não obstante o sinistro causado pela ineficácia das mãos humanas, sobrevive a desgraça das famílias, agora na cidade, muitas vezes maltratadas e ou incompreendidas. Volta, Samarco ou voltem Bento, Paracatu, Rio Doce e o desenvolvimento humano!?

As mineradoras não respondem à dignidade e à necessidade urgente de vida dos atingidos pela lama. Não se sabe quando terão os atingidos, moradores do Bento, Paracatu e Gesteira, um lugar ao sol para sobreviver e comungar seus ideais. Medo e depressão tomaram seus sofridos corações.

O Grito dos Excluídos de 2017 apresentou as lutas das comunidades e movimentos ligados às barragens presentes na Arquidiocese. Dom Geraldo foi enfático e, com voz profética, denunciou o modelo excludente que passa pela economia em detrimento do ser humano. Também a carta-compromisso do Grito condenou as barragens assustadoras que impedem o povo de viver com tranquilidade e dignidade.

A Arquidiocese de Mariana e o Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB) acompanham de perto a situação. O Ministério Público tem suas atribuições – Comitês e Comissões se organizam com o tempo para erradicar a lama do desespero e do descompasso das responsabilidades! E há outras barragens amedrontando. Até quando?



BRUNA SUDÁRIO



Ano do Laicato II

Dom Geraldo Lyrio Rocha

Arcebispo de Mariana

Com toda a Igreja no Brasil, celebraremos o Ano do Laicato, que terá sua abertura no próximo dia 26 de novembro e será encerrado na Solenidade de Cristo Rei de 2018. Nas fontes do Concílio Vaticano II, queremos beber das águas cristalinas dos ensinamentos do Magistério da Igreja. O capítulo IV da Lumen Gentium é dedicado aos leigos e leigas. Os Pastores do Povo de Deus reconhecem “quanto os leigos contribuem para o bem de toda a Igreja” (LG 30). Mas, sempre surge a pergunta: O que se entende por leigo ou leiga? Muitas vezes, essa expressão é usada com sentido pejorativo. Por exemplo, quando alguém diz “eu sou leigo no assunto”, está afirmando sua falta de conhecimento. Então leigo é sinônimo de ignorante? De forma alguma! Diz o Vaticano II: Por leigos entendem-se todos os cristãos, isto é, os fiéis que, incorporados em Cristo pelo Batismo, constituídos em Povo de Deus e, a seu modo, tornados participantes da função sacerdotal, profética e real de Cristo, exercem, pela parte que lhes toca, a missão de todo o povo cristão na Igreja e no mundo (cf. LG 31).

O Concílio ensina que é própria e peculiar dos leigos a característica secular, isto é, sua missão no mundo. “Por vocação própria, compete aos leigos procurar o Reino de Deus tratando das realidades temporais e ordenando-as segundo Deus. Vivem no mundo, isto é, em toda e qualquer ocupação e atividade terrena, e nas condições ordinárias da vida familiar e social, com as quais é como que tecida a sua existência. Os leigos e leigas são chamados por Deus para que, exercendo o seu próprio ofício, guiados pelo espírito evangélico, concorram para a santificação do mundo a partir de dentro, como o fermento, e deste modo manifestem Cristo aos outros, antes de mais nada pelo testemunho da própria vida, pela irradiação da sua fé, esperança e caridade. Portanto, especialmente

a eles compete iluminar e ordenar de tal modo as realidades temporais a que estão estreitamente ligados, que elas sejam sempre feitas segundo Cristo, progridam e glorifiquem o Criador e Redentor” (cf. LG 31). Assim, o ensinamento do Vaticano II nos remete às palavras de Cristo: “Vós sois o sal da terra, vós sois a luz do mundo” (Mt 5, 13-14).

Na riqueza dos dons, na diversidade dos ministérios e na variedade dos carismas, todos devem contribuir para a unidade da Igreja. Unidade não é sinônimo de uniformidade. Constrói-se a unidade na diversidade. Aliás, tanto a unidade como a diversidade são dons do Espírito Santo. «Assim como num mesmo corpo temos muitos membros, e nem todos têm a mesma função, de modo análogo, nós somos muitos e formamos um só corpo em Cristo, sendo membros uns dos outros» (Rom. 12, 4-5).

Do mesmo modo como a expressão “Igreja” não se refere unicamente aos pastores, também a expressão “Povo de Deus” não se aplica somente aos fiéis leigos. Pastores e fiéis leigos formamos a Igreja, Povo de Deus. “Um só é, pois, o Povo de Deus: “um só Senhor, uma só fé, um só Batismo” (Ef. 4,5); comum é a dignidade dos membros, pela regeneração em Cristo; comum a graça de filhos; comum a vocação à perfeição; uma só salvação, uma só esperança e uma caridade indivisa. Portanto, não pode haver nenhuma desigualdade em Cristo e na Igreja, por motivo de raça ou de nação, de condição social ou de sexo. A diversidade de funções não deve levar a oposições. É preciso superar a contraposição entre ministros ordenados e cristãos leigos. “Ainda que, por vontade de Cristo, alguns são constituídos dispensadores dos mistérios e pastores em favor dos demais, reina, porém, igualdade entre todos quanto à dignidade e quanto à atuação, comum a todos os fiéis, em favor da edificação do corpo de Cristo” que é a Igreja (cf. LG 32).

Assine o PASTORAL

Faça seu depósito identificado em nome da Arquidiocese de Mariana, na Caixa Econômica Federal ou Casas Lotéricas, Agência: 1701 - Conta: 583-3 Operação: 003 e envie email com seus dados e confirmação de depósito para assinaturaspastoral@gmail.com

Valor da assinatura: **R\$ 25,00** anual (12 exemplares)

PASTORAL Expediente

Periódico mensal, fundado em fevereiro de 1991, em Mariana/MG

Endereço: Rua Dom Silvério, 51 Centro. CEP 35420-000 - Mariana/MG.

Tel.: (31) 3557 3167

Email: jornalpastoral@yahoo.com.br

Diretor: Pe. Wander Torres Costa

Jornalista: Marcelo Martins - MG 06241JP

Conselho Editorial: Edina da Silva, Ester Trindade, Pe. Geraldo Martins Dias, Pe. José Geraldo de Oliveira, Pe. José Maria Coelho da Silva, Pe. Paulo Barbosa, Pe. Wander Torres, Carlos Heitor Fideles.

Dacom: Jornalista - Bruna Sudário

Diagramação: Gabriela Santos/DACOM

Colaboração: Editora Dom Viçoso. Rua Cônego Amando, 131 - São José; CEP 35420-000 - Mariana - MG.

Tiragem: 3.000 exemplares.



SENADO FEDERAL

Brasil/Santa Sé: uma relação de comum acordo

Você sabe que há um acordo jurídico entre o Brasil e a Santa Sé? Não? Sabe que este acordo define muito do que pode e do que não pode ser feito pelas instituições religiosas ligadas à Igreja Católica? Não? O Jornal Pastoral deste mês quer ajudar a cada um dos fiéis a entender melhor como funciona a relação da Igreja Católica e o Estado Brasileiro. Para isso, entrevistamos o assessor jurídico civil da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Hugo Sarubbi Cysneiros. Ele esclarece alguns pontos do Acordo Brasil/Santa Sé, que foi assinado em 2008, mas que, mesmo já sendo praticado amplamente, ainda é pouco conhecido.

PASTORAL: O que é o acordo Brasil/Santa Sé?

HUGO SARUBBI: Este acordo foi negociado ao longo de muitos anos e foi assinado em 2008 pelos mandatários do Brasil e da Santa Sé, o ex-presidente Lula e o Papa Bento XVI. Em 2010 ele foi aprovado pelo Congresso Nacional como todo e qualquer tratado internacional, ou seja, um documento celebrado por dois estados soberanos e que tenha força de norma, isso é: um

“

Estamos falando de um acordo que trata de diversos assuntos como a questão tributária, a questão da liberdade religiosa, a questão do ensino religioso confessional

tratado internacional. O conteúdo dele é normativo. Como todo o tratado, ele passou pelo Congresso Nacional e foi promulgado pelo Decreto 7.107 de 10 de fevereiro de 2010. Estamos falando de um documento que já existe, do ponto de vista do ordenamento jurídico da lei brasileira, há oito anos.

A função principal do tratado foi sistematizar, compilar e reunir todas aquelas normas, que de uma maneira esparsa, já constavam do ordenamento jurídico brasileiro e que diziam respeito ao dia a dia, à vida, às especificidades da Igreja Católica no Brasil. Não é um documento muito grande, estamos falando de um acordo que tem vinte artigos, mas que trata de diversos assuntos como a questão tributária, a questão da liberdade religiosa, a questão do ensino religioso confessional, a questão do planejamento urbanístico das cidades e a destinação de espaços para templos. Fala ainda da natureza jurídica e as peculiaridades que as organizações religiosas têm. São muitos assuntos em poucos artigos.

PASTORAL: Qual o trabalho está sendo feito para uma implementação mais efetiva deste acordo nas comunidades católicas?

HUGO SARUBBI: Existe uma comissão que se chama Comissão para Implementação do Acordo Brasil/Santa Sé. Esta comissão existe desde quando o acordo foi promulgado e tem funcionado. Ela serve para identificar eventuais resistências, obstáculos à implementação de algumas agendas do acordo e trabalhar para que isso seja resolvido. Ela se reúne periodicamente sempre que ocorre a reunião do Conselho Permanente da CNBB e os membros trazem situações específicas. Paralelamente a isto temos realizado pelo Brasil inteiro diversos eventos sobre o acordo e seus aspectos jurídicos, administrativos e gerenciais que tem o acordo como um provocador. Trabalhamos tudo isso junto às dioceses, ordens religiosas e associações civis ligadas à Igreja. Estes eventos ocorrem em diversas cidades com especialistas de várias áreas como a filantropia, direito do trabalho, contabilidade, tributação e contratual. Nos encontros, fazemos a divulgação do acordo e também de aspectos que são decorrentes de assuntos tratados pelo acordo.

PASTORAL: O acordo trata também de questões ligadas à formação no exterior. O que ele traz de novo?

HUGO SARUBBI: O acordo trata de estudos que são realizados no exterior, principalmente de entidades ligadas à Igreja, afirmando que eles podem ser reconhecidos por autoridades brasileiras. Mas os requisitos para que este reconhecimento ocorra são os mesmos de qualquer outra entidade. Não há nenhum tratamento diferenciado por causa disso, apenas jogou-se luz sobre essa possibilidade. Não havia dificuldades no reconhecimento, mas não estava escrito em lugar nenhum que poderia haver. Havia uma certa dúvida, muito embora a legislação como ela existia já reconhecia. Mas é sempre bom você ter uma confirmação para que algum tipo de insegurança seja afastado.

PASTORAL: Em relação ao ensino religioso também houve só uma normatização ou teve alguma mudança?

HUGO SARUBBI: O acordo evidenciou o que já se dizia na Constituição Federal, que desde sempre tratou do assunto do ensino religioso.

A finalidade deste ensino religioso sempre foi a ideia, o desejo do constituinte e o acordo veio só para ressaltar isso. Este assunto chegou a ser desafiado por meio de uma ação judicial no Supremo Tribunal Federal, mas a ação foi julgada improcedente. Este artigo foi considerado constitucional e vale plenamente.

PASTORAL: Para o cidadão, para o fiel, quais as melhorias o acordo traz?

HUGO SARUBBI: Eu acho que para o fiel há algumas situações fundamentais. A principal delas, talvez seja o artigo que trata da possibilidade de homologação pelo Brasil, de sentença estrangeira, emanada pelos órgãos judiciários da Santa Sé. Isso tem uma aplicabilidade prática muito grande que são as sentenças declaratórias de nulidade de casamento. Você pode pegar uma decisão que é emanada pelo órgão jurisdicional da Santa Sé e homologar essa sentença como outra qualquer sentença estrangeira. Isso dispensa a propositura de um outro procedimento aqui no Brasil, já que o procedimento foi feito lá. Há um segundo aspecto que diz mais respeito à Igreja enquanto instituição que é a existência de uma nova luz e um esclarecimento sobre a questão da personalidade jurídica das organizações religiosas. Havia uma dúvida e ainda há uma mistura sobre o que é organização religiosa, o que é associação civil, o que é instituição privada ou quando é indicada uma ou outra natureza jurídica. Esse acordo veio para esclarecer isso. Outra coisa é sobre a caracterização de uma relação trabalhista entre religiosos e suas organizações. O acordo esclarece e transforma em lei um entendimento que já era do Tribunal Superior do Trabalho que é o da inexistência de uma relação trabalhista.

PASTORAL: Como fazer para que todos estes esclarecimentos sobre o acordo cheguem ao cidadão comum, ao fiel nas comunidades?

HUGO SARUBBI: Recomendo para isso que as pessoas participem destes eventos que estamos promovendo. São muitos e acontecem sempre em diversos municípios promovidos pela CNBB, pela Conferência dos Religiosos do Brasil e pela Associação Nacional de Educação Católica. Há sempre eventos que tratam do acordo, senão todo, pelo menos de alguns aspectos. Seria bom que as pessoas estivessem mais próximas desta nova realidade.

DNJ 2017: em defesa da vida



PAROQUIA SÃO JOÃO BATISTA - BARÃO DE COCAIS

O Dia Nacional da Juventude (DNJ) na Arquidiocese está sendo celebrado nas regiões pastorais. A data foi criada em 1985 para celebrar, manifestar os jovens, levando-os a formar e tomar posição, não só em relação a assuntos ligados à juventude, mas a toda a sociedade.

“A Pastoral da Juventude realiza três grandes eventos de nível arquidiocesano (seminário da juventude, DNJ e assembleia). Eles acontecem de maneira alternada. O ano em que não é organizado pela Equipe Central, as equipes regionais se responsabilizam por realizar em seu nível. O último DNJ arquidiocesano aconteceu em 2012. Em 2015, a PJ optou por participar, juntamente com todo povo de Deus, do Dia da Arquidiocese, demonstrando sintonia com as atividades propostas por nossa Igreja particular”, explica o assessor da PJ, Fábio Silva.

Neste ano, a Região Mariana Norte realizou, no dia 22 de outubro, o seu DNJ. O evento, acolhido pela cidade de Barão de Cocais, reuniu mais de 900 jovens. “Era para ser um simples DNJ com jovens animados, motivados a caminhar. Mas, não foi

só um reencontro, só mais um DNJ, uma simples caminhada. O DNJ 2017 foi a revitalização da comunhão de juventudes com o propósito de ser unidade em Cristo Jesus. Este foi um dia de pensar novos caminhos a serem seguidos pela juventude da Região Mariana Norte através de uma semente de incentivo, plantada no coração de cada jovem presente na celebração do DNJ, em Barão de Cocais”, ressalta Olivia Coelho, da PJ de Ouro Preto.

Refletindo sobre “Juventude em defesa da Vida dos Povos e da Mãe Terra”, o DNJ teve como objetivo fazer com que a juventude assuma a luta pela defesa do meio ambiente, somando forças às demais faixas etárias, na construção de uma sociedade sustentável global, baseada no respeito pela natureza, nos direitos humanos universais, na justiça econômica e numa cultura de paz.

Neste mês de novembro, as Regiões Leste e Centro realizarão os seus DNJs. Na Região Centro, o evento será no dia 26 de novembro, em Porto Firme. Na Região Leste, no dia 19 de novembro, em Ribeirão de São Domingos.

Espaço litúrgico é tema de encontro de liturgia

Com o objetivo de estudar as orientações da Igreja sobre o espaço litúrgico, a partir do Concílio vaticano II, 108 pessoas participaram do Encontro Arquidiocesano de Liturgia entre os dias 20 e 22, na Casa de Retiros Nossa Senhora da Alegria, na Vila Samarco.

Além de quatro oficinas sobre o tema, os participantes fizeram uma visita à Igreja de Nossa Senhora Aparecida, em Mariana, orientada pelo projetista arquitetônico responsável pela revitalização da obra, Júlio Quaresma.

Detalhes como os vitrais em tons azuis e avermelhados, que remetem à transformação da água em vinho nas Bodas de Caná, evangelho lido na Festa de Nossa Senhora Aparecida, foram destaques nas explicações do projetista. Segundo Júlio, os elementos que compõem o presbitério foram todos feitos em blocos maciços de pedra sabão com o intuito de valorizar um elemento natural de Minas Gerais e caracterizar uma sadia inculturação.

Em consonância com o que a igreja Nossa Senhora Aparecida apresenta, padre Luiz Cláudio Viei-

ra, coordenador arquidiocesano da Dimensão Litúrgica, explica que o espaço sagrado deve ser uma antecipação da própria glória de Deus e, por esse motivo, precisa ser marcado pelo belo. Citando a constituição Sacrosanctum Concilium, sobre a liturgia católica, ele lembra a necessidade de readaptação para que o espaço constitua beleza que marca o sagrado e remete a Deus.

“Aqueles igrejas que foram construídas no barroco, no passado, precisam ser preservadas e, na medida do possível, adaptadas. Já as igrejas modernas vão sendo construídas em uma outra linguagem, assim como nesse templo de Nossa Senhora Aparecida”, explica.

Carta-compromisso

Após as reflexões realizadas no encontro, os participantes assumiram seis responsabilidades, divulgadas em uma carta-compromisso

A primeira se baseia na necessidade de reforçar a importância de valorizar o espaço litúrgico, com ênfase na sacralidade do altar. Os outros cinco compromissos podem ser lidos no site da Arquidiocese: www.arqmariana.com.br



GABRIELA SANTOS

Dois anos...

O maior crime socioambiental do Brasil completa dois anos no dia 5 de novembro e as vítimas continuam sem saber quando receberão devidamente a reparação, a indenização e a compensação a que têm direito. As mineradoras Samarco, Vale e BHP Billinton, proprietárias da barragem de Fundão, no distrito de Bento Rodrigues, município de Mariana, que rompeu nesse dia matando 20 pessoas (incluindo a criança que foi abortada e que a imprensa não conta), simplesmente delegaram para a Fundação Renova suas responsabilidades. Estrategicamente, esse nome vai se sobrepondo ao das empresas que, aos poucos, parecem dissociar-se da tragédia.

O que foi feito nesses dois anos da tragédia? Esta é a pergunta que mais se ouve da imprensa e de quem não mora em Mariana ou na bacia do Rio Doce. A resposta é clara e direta: muito pouco, considerando o muito que precisa ser feito. As famílias de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, no município de Mariana, e de Gesteira, município de Barra Longa,

continuam apreensivas quanto ao seu reassentamento. Apenas Bento Rodrigues tem definido o terreno, mas isso pouco adiantou, uma vez que a Samarco conseguiu sequer o licenciamento para iniciar a terraplanagem. O terreno de Paracatu de Baixo ainda não está totalmente definido e Gesteira nem terreno possui ainda.

As negociações para aprovação do cadastro dos atingidos também têm sido difíceis. A situação estaria pior se tivessem concordado com o cadastro proposto pela Samarco que, na análise da assessoria técnica dos atingidos, trazia inúmeras impropriedades. Em Mariana, não fosse a ação firme dos atingidos, ancorados por sua assessoria técnica e pelo Ministério Público, esta batalha também estaria perdida.

Até hoje há atingidos que não são reconhecidos pela Samarco que, aliás, nunca usa a palavra atingido, mas sempre impactado, como um mantra, já assimilado por muitos. Isso também é estratégico. Foi necessária a intervenção da justiça em favor dos que pleiteavam da mineradora a verba de manutenção a que tinham direi-

to. Contudo, nem todos tiveram, ainda, reconhecida sua condição de atingido.

A Arquidiocese de Mariana tem se mostrado solidária aos atingidos desde o primeiro momento, tanto na assistência espiritual quanto no acompanhamento das lutas em defesa de seus direitos. Em parceria com o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), tem procurado ajudar no discernimento de caminhos que fortaleçam a organização dos atingidos e animem sua esperança.

Os atingidos já percorreram um longo caminho. Em muitos se percebe cansaço e até desânimo. No entanto, o caminho a percorrer é ainda mais longo e nem sempre pode ser feito no ritmo que se deseja e espera. O momento é de intensificar nossa solidariedade aos atingidos e fortalecer sua esperança. É na união e na perseverança que alcançarão a vitória.

Pe. Geraldo Martins
Coordenador Arquidiocesano de Pastoral

Regiões Pastorais estabelecem prioridades para o próximo triênio



BRUNA SUDÁRIO

As Regiões Pastorais da Arquidiocese estão estabelecendo suas prioridades pastorais para o próximo triênio. Essas prioridades, apresentadas nas assembleias regionais, estão sendo planejadas a partir do Projeto Arquidiocesano de Evangelização (PAE 2016-2020), respeitando as características socioeclesiais da região.

Na Região Centro, a assembleia foi realizada no dia 7 de outubro, em Piranga, e acolheu 70 participantes. Os encaminhamentos apontados foram: implantação do ministério da palavra e a formação litúrgica; reorganização das pastorais; priorizar a família a serviço da vida; articulação de jovens, adolescentes e catequese.

No mesmo dia, a Região Leste também realizou a sua assembleia, em Ponte Nova, com 70 pessoas. Decidiu-se que a Iniciação Cristã será a prioridade da região para os próximos três anos. A Palavra de Deus será o foco do ano de 2018, Vida Comunitária, de 2019 e Missão a Serviço da Vida, de 2020.

No dia 21 de outubro, a Região Norte realizou sua

22ª assembleia e escolheu três prioridades: investir na Iniciação à Vida Cristã; comprometer-se com uma ação voltada para os afastados; assumir, na ação pastoral, os jovens. Oferecer, na linha da pastoral orgânica, atenção à família; investir no Ministério da Acolhida e dar atenção pastoral às crianças e adolescentes são alguns destaques para a aplicação do PAE na região. Para melhorar a organização e o funcionamento do regional, a assembleia também apontou questões relacionadas ao Conselho Regional de Pastoral, ao Centro Regional de Pastoral e às foranias.

Para o vigário episcopal da Região Norte, padre José Carlos dos Santos, é preciso aprimorar as instâncias, para que elas consigam trabalhar bem o PAE. “A partir do momento em que a assembleia arquidiocesana votou e definiu o PAE, as regiões possuem uma importância no sentido de ajudar as paróquias a colocarem em prática este documento. E para que a gente consiga implementar o que está proposto neste projeto, é preciso me-

lhorar as nossas estruturas, nos organizarmos melhor, para que a gente possa exercer melhor a nossa missão de evangelizar, seguindo as pistas apresentadas no PAE”.

Na Região Pastoral Mariana Sul, a assembleia será realizada no dia 28 de outubro em Barbacena. Na Região Oeste está sendo encerrada a etapa nos setores, para ocorrer a assembleia regional.

Segundo o coordenador arquidiocesano de pastoral, padre Geraldo Martins, a caminhada pastoral de cada Região acontece em comunhão com a Arquidiocese. “A realização das assembleias regionais se insere na caminhada arquidiocesana. Evidentemente, elas não são realizadas descoladas da Assembleia Arquidiocesana. Nesse ano, a coordenação arquidiocesana elaborou um subsídio que serviu de base para as assembleias regionais. Fica garantida, assim, a unidade entre as assembleias regionais e arquidiocesana”, relata. A 25ª Assembleia Arquidiocesana de Pastoral acontecerá nos dias 24 e 25 de novembro, em Mariana.

Rumo aos 30 anos da PJ na arquidiocese

A Escola Arquidiocesana de Formação Integral (EAFIN) e o Dia Nacional da Juventude (DNJ 2018) são algumas das grandes atividades em comemoração aos 30 anos da Pastoral da Juventude (PJ) na Arquidiocese.

O planejamento desses eventos foi realizado em um reunião da Equipe Central da Pastoral da Juventude em Senhora dos Remédios, Região Mariana Sul, nos dias 20 a 22 de outubro. A conversa contou com a presença

do coordenador arquidiocesano de pastoral, padre Geraldo Martins Dias, e do assessor arquidiocesano da PJ, padre Luiz da Paixão.

Segundo o secretário da pastoral, Marcos Xavier, a EAFIN será realizada em cinco etapas, de forma itinerante: cada região pastoral terá direito a 15 vagas. O Dia Nacional da Juventude de 2018 será promovido em nível arquidiocesano. No dia 14 de outubro, na Região Pastoral Mariana Norte.

“É muito importante que nossas cinco regiões se façam presentes nesses dois grandes eventos. Hoje temos, na Equipe Central, um resultado nítido do que foi a última EAFIN. E o DNJ vem para coroar os 30 anos da PJ na Arquidiocese. Desde 2012 não temos um DNJ em nível arquidiocesano. Então, será muito bom reunir todas as gerações de pejeiros que já tivemos na Arquidiocese de Mariana neste evento”, acrescenta Marcos.

GIRO RÁPIDO

CEB's

A equipe de animação das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) da Arquidiocese elegeu sua nova coordenação para os próximos três anos, em reunião realizada no dia 21 de outubro, na casa São José, no distrito de São José do Triunfo, Viçosa. Foram eleitos: José Euzébio de Oliveira, da paróquia Nossa Senhora da Piedade, de Rio Espera, como coordenador; Antônio Cecílio, da paróquia Nossa Senhora do Desterro, de Desterro do Melo, como vice-coordenador; Flávia de Oliveira, da paróquia de Sant'Ana, de Carandaí, como secretária; e Teófilo Antonio Bastos, da Paróquia Nossa Senhora das Brotas, Entre Rios de Minas, como Comunicador.

Pastoral da Sobriedade

Cerca de 60 agentes da Pastoral da Sobriedade participaram de uma formação permanente no dia 14 de outubro na paróquia do Bom Pastor em Conselheiro Lafaiete, Região Pastoral Mariana Oeste. Os aspectos físicos e psicológicos da dependência química, assim como a acolhida, a motivação e a abordagem aos dependentes e familiares foram os aspectos abordados no encontro.

A formação foi conduzida pela Comunidade Terapêutica Bom Pastor e o padre Magno Murta. O assessor arquidiocesano da pastoral, padre D'Artagnan Barcelos, também esteve presente.

Curso de Teologia

O Curso de Extensão em Introdução à Teologia, realizado na cidade de Piranga, foi encerrado no dia 14 de outubro, com uma missa presidida pelo arcebispo, Dom Geraldo Lyrio Rocha, na igreja de Nossa Senhora do Rosário.

O curso, ministrado mensalmente aos sábados e domingos, deu oportunidade aos alunos de realizarem trabalhos nas paróquias, aprofundar a fé, refletir sobre a revelação de Deus e tomar consciência da importância do leigo na Igreja.

Faculdade Dom Luciano

Estão abertas as inscrições para o vestibular Faculdade Dom Luciano Mendes (DLM). Para o próximo ano, serão oferecidas 30 vagas para o curso de bacharelado em Filosofia. A prova de seleção será no dia 2 de dezembro de 2017, às 8h30, no prédio da DLM, em Mariana.

As inscrições podem ser realizadas até o dia 24 de novembro pelo site da faculdade. Mais informações poderão ser obtidas pelos telefones (31) 3558-1439 ou pelo site <http://www.faculdadedomluciano.com.br/>

SAV Região Leste

O Serviço de Animação Vocacional (SAV) da Região Leste, da Arquidiocese de Mariana, realizou encontro vocacional nos dias 13 a 15 de outubro, no Centro de Paroquial de Pastoral em São Miguel do Anta.

Iluminados pela temática “O Chamado à vida e ao encontro com Jesus” e pela passagem “O que te falta?” (Mt 19, 20), os participantes testudaram os principais temas referentes à vida vocacional por meio de palestras, partilhas, filme, orações e leitura orante. Outros momentos também marcaram profundamente a experiência deles, como a hora santa e a missa.”

Semana Vocacional

Com o tema “Senhor, chamaste-me. Aqui estou!”, a Semana Vocacional da Arquidiocese de Mariana será realizada de 2 a 7 de janeiro de 2018, em Mariana. Os interessados devem ser apresentados pelo pároco, que encaminhará ao reitor do seminário a ficha de inscrição do candidato, duas fotos 3x4 e uma carta de apresentação. O material deve ser enviado para o endereço: rua Cônego Amando, 57, Caixa Postal 11, bairro São José, CEP: 35420-000, Mariana - MG. Dúvidas podem ser esclarecidas pelo telefone: (31) 3557-1140.

Dois anos de lama e luta

No próximo dia 5 de novembro vai completar dois anos do rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, e os atingidos por essa tragédia ainda esperam pelo cadastro definitivo e o reassentamento dos distritos



BRUNA SUDÁRIO

Passados dois anos da maior tragédia socioambiental do país, os atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão ainda sofrem para apagar as marcas do mar de lama que destruiu os distritos de Bento de Rodrigues e Paracatu de Baixo, em Mariana, e percorreu toda a Baía do Rio Doce, até o litoral do Espírito Santo. Ao todo, 19 pessoas foram mortas e um incalculável impacto ambiental foi criado.

Em busca de reconstruir suas vidas, memórias e casas, os atingidos lutam por direitos básicos, como o do cadastro definitivo, que não foi realizado. “O cadastro inicial, elaborado pela empresa, era altamente patrimonialista. Ele era focado nas questões materiais e, mesmo assim, ficava vago em vários pontos. Principalmente do ponto de vista produtivo, quando você vai pro meio rural”, ressalta Márcio Lima, coordenador da Cáritas Regional de Minas Gerais, instituição que coordena assessoria técnica aos atingidos.

Os dados deste cadastro serão utilizados pela empresa para ressarcir as famílias atingidas. “É o cadastro que vai dizer quem será ressarcido e qual bem material e imaterial. Logo após o rompimento, a empresa apresentou um cadastro que não foi discutido com os atingidos e não contemplava a visão de todos. Foi identificado que havia uma série de questões que poderiam dar um entendimento duvidoso, uma linguagem não acessível. E o próprio fato da não participação dos atingidos na construção deste cadastro deixou claro que ele não traria a realidade do grupo. Então, se percebeu a necessidade de se refazer esse cadastro. A Cáritas, junto aos atingidos, começou este processo de reelaboração do cadastro e estamos no processo de finalização”, conta Gladston Figueiredo, que também faz parte da coordenação da Cáritas Regional.

Uma conquista recente, fruto da luta construída junto aos atingidos, é que na audiência de reconciliação, do dia 5 de outubro de 2017, ficou acordado que todas as pessoas que se declararem atingidas pelo rompimento da barragem poderão preencher o cadastro de levantamento de perdas, sendo que o direito à indenização será analisado posteriormente. Para isso serão utilizados relatos por escrito ou por registro audiovisual e a análise do cadastro será tanto individual quanto por núcleo familiar, garantindo que, caso haja mais de um núcleo familiar em uma mesma residência, cada um deles terá direito a

constituir uma unidade de análise distinta.

“A proposta é que, até o final do ano, o formulário do cadastro esteja pronto, para partirmos para a questão dos danos morais e, depois, para aplicação. A aplicação do cadastro não será feita pela empresa. A ideia é construir uma proposta em que essa aplicação seja feita com a Cáritas e os atingidos. Ter alguém de confiança na aplicação do cadastro é fundamental”, acrescenta Márcio.

Reassentamento

Com o início das obras do reassentamento sem previsão para começar, o sonho de Maria Geralda Oliveira da Silva, de Paracatu, de voltar para casa e reencontrar os vizinhos fica cada vez mais longe. “Se caminhar do jeito que está, 2019 não tem casa não. Já estamos cientes disso. O ano já está terminando e não tem nem documentação”, diz, desanimada, sobre o terreno Lucila, escolhido em setembro de 2016 para reassentar Paracatu.

Antonio Marcos, de Bento Rodrigues, concorda com Maria Geralda e acredita existir pouco empenho por parte da Fundação Renova, instituição constituída para reparar os danos da tragédia. “Estou preocupado. Eu sei que vai sair, é seguro porque a Mídia está em cima, mas no atual momento a gente vê o que está acontecendo. Nunca que até 2019 vai ficar pronto. Dá a entender que a Renova não está com pressa”, alega.

Segundo o promotor de justiça, Guilherme Meneghin, os consecutivos erros cometidos pela Samarco e a Fundação Renova estão atrasando o processo do reassentamento. “Eles cometeram uma série de erros no processo, o que acabou atrasando o início das obras. O reassentamento depende de uma autorização do estado, da Secretaria do Estado de Meio Ambiente, por meio de um licenciamento ambiental, mas o licenciamento só pode ser iniciado com o projeto regular das obras e com o registro dos terrenos onde será feito o reassentamento. São duas coisas que a Fundação Renova e a Samarco não fizeram. Quanto ao projeto, eles fizeram e se chama poligonal urbanística. É como se fosse uma planta de Bento Rodrigues. Só que eles fizeram o projeto fora da regularidade da lei brasileira, principalmente, no que tange aos trechos de declividade. Agora, eles terão que refazer o projeto e este refazer vai demorar mais uns dois ou três meses”, disse. Outra questão delicada neste processo é a

aquisição dos terrenos. “Eles compraram o terreno de Bento Rodrigues, mas não compraram o terreno de Paracatu”, ressaltou Guilherme.

Para o membro do Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB), Thiago Alves, dois anos após o crime, o que é possível perceber é um imenso atraso na garantia de todos os direitos que sejam definitivos. “Tudo o que está acontecendo hoje foi feito no período emergencial. Mas os direitos definitivos, como o caso do reassentamento, está completamente atrasado. E isto demonstra a morosidade das maiores mineradoras do mundo em resolver uma questão, onde nem as coisas básicas foram resolvidas”, ressalta.

Além do reassentamento coletivo, que vai se aplicar a Bento e Paracatu, outras modalidades de reassentamento estão sendo discutidas. “Temos um outro processo, que é o reassentamento familiar. Ele vai acontecer sobretudo com as pessoas da área rural. Não vai ser construída uma nova comunidade, mas uma nova casa ou a pessoa será reassentada em uma nova casa a partir do núcleo familiar. E uma terceira modalidade é a compra assistida. A pessoa vai escolher a casa e terá um processo onde a empresa vai comprar a casa. Nestes três processos, temos assessorado os atingidos no diálogo com a empresa”, explica o coordenador regional da Cáritas, Gladston Figueiredo.

A preocupação com o que será feito com o velho Bento e Paracatu foi encerrada com a anulação da hipótese de permuta das terras. Segundo Guilherme Meneghin, as empresas pretendiam impor aos atingidos a troca da área do reassentamento a que as famílias têm direito pelo patrimônio original das comunidades de Bento Rodrigues, de Paracatu e da zona rural – o que era rejeitado pelos atingidos. “Na última audiência do dia 18 de outubro, foi superada a hipótese da permuta. Foi feito um acordo em que a empresa abre mão da permuta de imóveis e a destinação final das áreas atingidas será definida pelos próprios moradores, em conjunto com o Ministério Público”, diz o promotor.

Em Gesteira, distrito de Barra Longa, a realidade não é diferente. Nove famílias também aguardando pelo reassentamento. Segundo o militante do MAB, Thiago Alves, não existe previsão de data para o início das obras e o terreno para a construção das casas ainda não foi comprado.



GREENPEACE

Resistência

Simone Maria Silva Marques, moradora de Barra Longa, é sinônimo de resistência ao enfrentar uma situação que toda mãe não deseja: ver seu filho sofrer. A pequena Sofya, de dois anos e nove meses tem dificuldade respiratória, câimbras e alergia na pele. No laudo médico, emitido em setembro de 2016, o motivo: “quadro clínico desencadeado por inalantes relacionados à exposição a poeira proveniente dos rejeitos de minérios do Rompimento da Barragem de Mariana”.

A família de Simone não é a única. Na pesquisa realizada pela doutora em patologia, Evangelina Vormittag, publicada em março deste ano, é confirmado que o derramamento dos rejeitos causou o revolvimento e aumento da biodisponibilidade de uma série de componentes tóxicos - inclusive metais - demonstrados por uma série de análises - em vários componentes naturais: água, solo e fauna (peixes e crustáceos). Na pesquisa, 40,5 % dos 190 entrevistados relataram ter doenças do aparelho respiratório desde a tragédia. Entre crianças de 0 a 13 anos completos, esse índice sobe para 60%. Relataram ter doenças de pele e tecido subcutâneo 15,8% dos entrevistados e 11% estão com transtornos mentais e comportamentais. O caso de Sofya foi analisado nas pesquisas e, segundo Simone, a doutora Evangelina deixou o alerta: “se eu fosse a médica da Sofya, diria para a mãe dela sair de Barra Longa com urgência”.

Até hoje, a família de Simone não é reconhecida como atingida, mesmo com as consequências, que nesse caso não são materiais: o marido dela está com doença de pele na mão, o filho mais velho tem depressão e ela pressão alta. Após levar o caso de Sofya a várias mídias, Simone conseguiu receber a medicação e a possibilidade de levar a filha em consultas. E só. Os gastos extras da família com alimentação diferenciada, energia e água não são contabilizados. Eles pagavam em média R\$ 80,00 na conta de luz, hoje o valor está em R\$ 390,00 devido aos vários banhos por dia e ao uso do climatizador para Sofya respirar melhor. A água que costumava custar cerca de R\$ 30,00, hoje passa dos R\$ 100,00.

Para a mãe, a tristeza de lidar com as consequências é agravada com a impunidade do caso. “Minha filha está doente por uma coisa que o homem provocou por ganância. Se não fosse a ganância, não tinha acontecido isso. O que deixa a gente ainda mais triste é que quem cometeu o crime está solto e nós viramos os réus nessa história”, lamenta.

A voz dos atingidos

Elaborado como um espaço de vivência de uma memória coletiva que foi ameaçada pelo rompimento da barragem, o Jornal A Sirene foi criado em fevereiro de 2016 como um informativo oficial dos atingidos. Em sua 20ª edição e, nas muitas páginas do jornal, é possível encontrar inúmeras histórias de Bento, Paracatu, Ponte do Gama, Pedras, Barra Longa e Gesteira.

O jornal é realizado por atingidos e uma equipe técnica formada por profissionais e estudantes da área da Comunicação. Segundo o jornalista responsável por A Sirene, Rafael Drumond, a equipe conta com seis colaboradores fixos que são atingidos de diferentes comunidades e oito colaboradores que integram o corpo técnico. “Todos os meses, realizamos uma reunião de pauta para levantar sugestões e preocupações dos atingidos em relação aos difíceis processos que enfrentam na vida pós-rompimento. Cada pauta é desenvolvida em parceria com os atingidos que se mostram mais vinculados aos temas propostos - um trabalho de escuta e de liberdade que permite ao jornal exprimir perspectivas pouco contempladas nas coberturas realizadas pela mídia”.

Rafael relata, também, que o jornal vem atuando no acompanhamento dos processos que envolvem os direitos de reparação das vítimas, particularmente, a questão do reassentamento e do Cadastro que irá permitir o pagamento das indenizações finais. “A Sirene é um espaço para expressão e comunicação das sucessivas violações de direitos que continuam sendo impingidas aos atingidos, uma tentativa de viabilizar a comunicação de quadros de injustiça que, infelizmente, aparecem naturalizados em nosso país”, explica Drumond.

A Arquidiocese de Mariana e o coletivo “Um Minuto de Sirene” são membros do Conselho Editorial da Sirene, assim como as Comissões de Atingidos de Mariana e Barra Longa e o Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB). Esse Conselho se reúne mensalmente para discutir questões relativas à administração e aos rumos do jornal, que é financiado com recursos da Arquidiocese voltados para os atingidos, aprovados pelas Comissões e fiscalizado pelo Ministério Público. A Universidade Federal de Ouro Preto é outra parceira do Jornal.

Assim como o jornal A Sirene, outras iniciativas estão sendo realizadas junto aos atingidos, como a Feira Noturna, realizada toda quinta-feira, em Mariana, e o apoio ao time de futebol de Bento.



BRUNA SUDÁRIO

Novembro se tornou um mês de péssimas recordações para as populações de Bento Rodrigues, distrito de Mariana-MG, Paracatu de Baixo, Barra Longa e tantos outros municípios ribeirinhos do Rio Doce. O mês de novembro se inicia com a festa de todos os santos e santas: “os que chegaram de uma grande tribulação. Eles lavaram e alvejaram suas roupas no sangue do Cordeiro” (Ap 7,14).

No dia 2 de novembro, recordamos os mortos. Nos cemitérios, as lágrimas expressam a saudade, e as velas, a fé. No dia 3 de novembro tudo fica no passado e a rotina da vida recomeça. Mas, em 2015, não foi assim. Com o rompimento da barragem de Fundão, no dia 5 desse mês, muitos voltam ao cemitério, voltam a derramar lágrimas e acender velas. Sonhos foram enterrados, as lágrimas se esgotam. Uma revolta, uma indignação toma conta dos atingidos e de todos pelas desgraças causadas por esses dragões, com olhos de lama vedados por cifrões.

A ganância pelo dinheiro cega o ser humano e o transforma no pior dos animais. “A raiz de todos os males é o amor ao dinheiro” (1Tm 6,10). A ganância fere a dignidade das pessoas. Transforma o trabalhador em máquina de lucro, escraviza o irmão, a irmã sem piedade. Coloca em risco a saúde e a própria vida de populações inteiras. Neste caso, o dragão se chama Vale. Sua imunda cauda se arrasta também pelo Norte e, com o nome de Carajás, seu rastro atravessa o Maranhão, causando grande desordem e tirando a tranquilidade dos povoados, quilombolas e indígenas. O que deveria favorecer a integração nacional, sem dó nem piedade, se torna um instrumento de destruição. Esse trem provoca uma grande dor no coração, pois transporta nossa terra e, com ela, nosso sonho, deixando para trás desmatamento, crateras e prenúncio de um grande deserto.

Todavia, nunca está tudo perdido. “Quem tem ouvidos, ouça o que o Espírito diz às Igrejas. O vencedor ficará livre da segunda morte” (Ap 2,11). As Igrejas, nossas (Arqui)Dioceses e Prelazias, são vozes proféticas que encorajam os corações desanimados. “Eu vou criar um novo céu e uma nova terra... Por isso fiquem para sempre alegres e contentes” (Is 65,17-19). “Venham para mim todos vocês que estão cansados de carregar o peso do seu fardo, e eu lhes darei descanso”. (Mt 11, 28). Ouçam as Igrejas... A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) está do lado dos pobres, como Jesus. As diversas instituições estão na luta junto ao povo... Comissão Pastoral da Terra (CPT) está junto ao trabalhador rural injustiçado; o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) está com os povos indígenas; o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) está ao lado dos prejudicados. Às necessidades, surge o Espírito para falar às Igrejas. (No Maranhão surgiu o grupo que se coloca ao lado de todos os que se sentem prejudicados pelos trilhos, por isso o nome: Justiça nos Trilhos).

Em Mariana, o MAB tem provado sua eficiência e cumpre sua missão, apesar dos desafios e rejeição dos simpatizantes do dragão. Nosso consolo e energia vêm daquele que disse: “o discípulo não é maior do que o Mestre”. Também muito nos confortam as palavras proféticas: “O Senhor combaterá por vocês. Podem ficar tranquilos” (Ex 14,14).

Padre Luiz Faustino dos Santos
Miranda do Norte, MA

Papa anuncia Sínodo para a Pan-amazônia

Atendendo o desejo de algumas Conferências Episcopais da América Latina, o Papa Francisco anunciou a convocação de um sínodo especial dedicado à Amazônia, que acontecerá em outubro de 2019 em Roma.

"O objetivo principal desta convocação é identificar novos caminhos para a evangelização daquela porção do Povo de Deus, especialmente dos indígenas, frequentemente esquecidos e sem perspectivas de um futuro sereno, também por causa da crise da Floresta Amazônica, pulmão de capital importância para nosso planeta", disse o papa no dia 16 de outubro, após a missa de canonização de 35 novos santos, entre eles os 30 protomártires do Brasil.

Há vários meses, tem-se cogitado a realização de um encontro do Papa no Vaticano com os bispos dos nove países que compõem a Pan-amazônia: Bolívia, Peru, Equador,

Colômbia, Venezuela, Guiana, Guiana Francesa, Suriname e Brasil. A reunião teria o propósito de avaliar os desafios e buscar respostas comuns para os mais de 30 milhões de habitantes da região.

O cardeal Cláudio Hummes, presidente da Rede Eclesial Pan-amazônica (REPAM), agradece aos bispos da Pan-amazônia, que fizeram uma força muito grande para conseguir o Sínodo. "Eles pediram também ao Papa, rezaram por isso, escreveram cartas para ele, para podermos chegar agora a esta decisão deste Sínodo que será, portanto, de importância universal, porque os Sínodos sempre acabam tendo uma repercussão universal", disse.

Segundo o presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e arcebispo de Brasília, cardel Sérgio da Rocha, um Sínodo temático específico para a região amazônica, como sugerido pelo Papa Francisco, seria grande apoio



CNBB

para a presença da Igreja e a evangelização daquela área.

"O papa Francisco tem demonstrado um interesse muito grande pela evangelização da Amazônia, pela presença da Igreja lá. É recorrente esse tema nas conversas que temos com ele. Sem dúvida, um

sínodo assim ajudaria a Igreja toda a dar maior atenção para a Amazônia e, é claro, ao mundo dar atenção para a Amazônia, uma vez que ela é chamada muitas vezes de pulmão do mundo pela sua importância ecológica", disse.

Com informações da Rádio Vaticano

Igreja celebra Dia Mundial dos Pobres

Com o tema "Não amemos com palavras, mas obras", a Igreja celebrará, pela primeira vez, o Dia Mundial dos Pobres no XXXIII Domingo do Tempo Comum, que esse ano será no dia 19 de novembro.

A data foi criada pelo Papa Francisco, na conclusão do Ano Santo da Misericórdia (12/2015-11/2016) e no 'Jubileu das Pessoas Excluídas Socialmente', celebrado no Vaticano em 13 de novembro de 2016, dia em que se fecharam as Portas Santas em todas as catedrais e santuários do mundo.

"No termo do Jubileu da Misericórdia, quis oferecer à Igreja o Dia Mundial dos Pobres, para que as comunidades cristãs se tornem, em todo o mundo, cada vez mais e melhor, sinal concreto da caridade de Cristo pelos últimos e os mais carenciados.", escreveu o papa na mensagem para o Dia Mundial dos Pobres.

Iniciando com a citação evangélica do tema central "Meus filhinhos,



REPRODUÇÃO

não amemos com palavras nem com a boca, mas com obras e com verdade" (1 Jo 3, 18), o Papa Francisco escreve sobre a importância do mandamento de Jesus, transmitido pelo "discípulo amado".

"O amor não admite alibis: quem pretende amar como Jesus amou, deve assumir o seu exemplo, sobretudo quando somos chamados a amar os

pobres. Aliás, é bem conhecida a forma de amar do Filho de Deus: 'Ele nos amou primeiro, a ponto de dar a sua vida por nós.' Ainda na mensagem, o Papa nos convida a fixar o olhar, no dia 19, em todos aqueles que estendem as mãos invocando ajuda e pedindo solidariedade.

Ele ressalta que o momento de aproximação aos pobres que buscam

proteção e ajuda é propício para encontrar o Deus que buscamos. "Como ensina a Sagrada Escritura (cf. Gn 18, 3-5; Heb 13, 2), acolhamo-los como hóspedes privilegiados à nossa mesa; poderão ser mestres, que nos ajudam a viver de maneira mais coerente a fé. Com a sua confiança e a disponibilidade para aceitar ajuda, mostram-nos, de forma sóbria e muitas vezes feliz, como é decisivo vivermos do essencial e abandonarmos-nos à providência do Pai", afirmou.

Por último, o papa pede que na base das iniciativas que se poderão realizar no dia, esteja sempre a oração. "Não esqueçamos que o Pai Nosso é a oração dos pobres. De fato, o pedido do pão exprime o abandono a Deus nas necessidades primárias da nossa vida. Tudo o que Jesus nos ensinou com esta oração exprime e recolhe o grito de quem sofre pela precariedade da existência e a falta do necessário", destaca.

CNBB publica nota sobre o atual momento político

A Conselho Permanente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) manifestou sua preocupação com a grave realidade político-social vivida pelo país. Em nota, divulgada na sede provisória da CNBB, em Brasília, no dia 26 de outubro, a entidade repudiou a falta de ética que se instalou nas instituições públicas, empresas, grupos sociais e na atuação de inúmeros políticos que "traíndo a missão para a qual foram eleitos, jogam a atividade política no descrédito".

A Conferência criticou, também, a

apatia e o desinteresse pela política, que cresce a cada dia mais na população brasileira, inclusive nos movimentos sociais. Apesar de tudo, diz a entidade "é preciso vencer a tentação do desânimo, pois só uma reação do povo, consciente e organizado, no exercício de sua cidadania é capaz de purificar a política e a esperança dos cidadãos que "parecem não mais acreditar na força transformadora e renovadora do voto".

Em outra nota divulgada no mesmo dia, a CNBB repudiou "com veemência" a Portaria 1129 do Ministério do Trabalho,

publicado no dia 16 de outubro relativa ao trabalho escravo. "Tal iniciativa elimina proteções legais contra o trabalho escravo arduamente conquistadas, restringindo-o apenas ao trabalho forçado com o cerceamento da liberdade de ir e vir. Permite, além disso a jornada exaustiva e condições degradantes, prejudicando assim a fiscalização, autuação, penalização e erradicação da escravidão por parte do Estado brasileiro".

Na ocasião, também foi divulgada uma mensagem sobre fundamentalismo e intolerância contra símbolos da fé. No

texto, os bispos falam da harmonia que devem existir entre arte e fé, além do respeito com a expressão de fé da pessoa. "Se, por um lado, a arte deve ser livre e criativa, por outro, os artistas e responsáveis pela promoção artística não podem desconsiderar os sentimentos de um povo ou de grupos que vivem valores, muitas vezes, revestidos de uma sacralidade inviolável. O desrespeito e a intolerância, por parte de artistas para com esses valores, fecham as portas ao diálogo, constroem muros e impedem a cultura do encontro."

O que é pastoral?

É sabido que o termo “pastoral” está ligado à figura bíblica do Pastor. Jesus se apresenta como o “Bom pastor que dá a vida pelas suas ovelhas” (Jo. 10, 11). A Igreja continua a ação de Jesus no mundo, cuidando das ovelhas: “Apascenta as minhas ovelhas!” (Jo. 21, 15)

Ao longo da história da Igreja e da reflexão teológica, a palavra “pastoral” tomou vários significados. O Concílio de Trento (1545-1563) deu grande ênfase à figura do pastor, aplicando este termo, primeiramente à figura do bispo e depois à figura do padre. O projeto de reforma da Igreja, neste Concílio, passa por uma definição das características do pastor e a seleção e formação de pastores: bispos e padres. Assim a palavra “pastor” era utilizada para definir as funções do bispo e do padre, para diferenciar do apostolado dos leigos.

Antes da segunda metade do século XIX, a palavra passou a ser interpretada a partir dos três ofícios de Cristo: sacerdotal, profético e real. Essa noção é assimilada pelo Concílio Vaticano II. Assim, toda a ação dos cristãos como continuadores da missão de Cristo, seria também entendida como uma ação pastoral. E também, a partir deste conceito, toda a ação da Igreja seria também uma ação pastoral.

Mais tarde o termo “pastoral” passou a ser empregado para significar somente a terceira da tríplice missão de Cristo e dos seus seguidores: o cristão teria uma missão sacerdotal, como dom sagrado para santificar o mundo; uma missão profética, de anúncio e denúncia; uma missão pastoral (real) de cuidado da vida e da dignidade do ser humano.

Pode-se perceber que havia uma dificuldade de compreensão da ação pastoral da Igreja no mundo.

O Concílio Vaticano II (1962-1965), após longos debates, apresenta um novo significado para o termo “pastoral”. O primeiro passo nessa direção foi dado pelo Papa São João XXIII, indicando como ponto saliente do Concílio sua “orientação predominantemente pastoral”. O Papa vai mais longe, quando introduz, na linguagem e no programa do Concílio Vaticano II, novas palavras como *aggiornamento* e *sinais dos tempos*. *Aggiornamento* indica, na intenção do Papa, que o Concílio não seja uma



PASTORAL DA CRIANÇA NACIONAL

mera repetição da doutrina, mas uma apresentação desta mesma doutrina, com uma roupagem nova, com uma linguagem atraente e adequada aos novos tempos. Que o Concílio falasse a linguagem do povo. Com *sinais dos tempos*, o Papa expressa a atenção que a Igreja deve dar à situação do mundo atual, através da qual Deus nos fala.

“O Concílio Vaticano II, partindo de um conceito pós-tridentino de “pastoral”, não limita a ação pastoral aos pastores (bispos e padres), mas nela envolve também os leigos. De outro lado, não só considera como “pastoral” a ação intraeclesial, voltada para a edificação da comunidade, mas reconhece como “pastoral” a preocupação de estabelecer o diálogo e o relacionamento com as condições concretas da humanidade no mundo, na situação histórica de hoje” (Pe. Alberto Antoniazzi).

A partir destas reflexões, podemos entender que “Pastoral”, de um lado, faz referência à fé cristã e à acolhida de Deus em nossa vida; de outro, significa o compromisso da Igreja de dar uma resposta às necessidades do ser humano, dentro da situação do mundo em que vive. Portanto, não podemos compreender uma pastoral desvinculada da fé cristã e nem alheia à realidade que vivemos. A ação pastoral deve unir fé e vida, espiritualidade e compromisso concreto, evangelização e transformação social.

Sujeito da ação pastoral

O Concílio Vaticano II afirma que existe verdadeira igualdade entre os fiéis, quanto à dignidade e ação comum, na edificação do Corpo de Cristo, e todos participam da missão da Igreja no mundo e são chamados ao apostolado (LG. 31 e 32). Todos os fiéis participam da tríplice missão de Cristo sacerdote, profeta e rei. Aqui, podemos

entender uma igualdade fundamental que é compatível com a desigualdade funcional. Ou seja, todos participam plenamente da vida e do ministério de Cristo, mas cada um com sua função, seus dons e carismas próprios. Há funções específicas do bispo, do padre e dos leigos, formando todos um só corpo, que é a Igreja.

O Concílio vaticano II dá ênfase ao sacerdócio na Igreja: o sacerdócio comum dos fiéis e o sacerdócio ministerial. “Após o Concílio, a consciência eclesial se desloca do sacerdócio para o ministério; descobre a dimensão ministerial de toda a Igreja e experimenta novas formas de ministério, além do ministério ordenado ou hierárquico, não como formas supletivas desta, mas como realidades autônomas e originais, que brotam de outras tantas vocações e carismas” (Pe. Alberto Antoniazzi).

Concluimos que o sujeito (sujeitos) da ação pastoral é toda a Igreja, os ministros ordenados com seu ofício e os fiéis leigos com o seu apostolado.

Lugar da ação pastoral

Até o Concílio Vaticano II, predominava na Igreja, por influência de reflexões teológicas anteriores, a separação entre missão espiritual e a tarefa temporal. Assim cabia aos bispos e padres a missão espiritual, enquanto aos leigos e leigas cabia a tarefa de agir e transformar o mundo. A constituição

Lumen Gentium do Concílio Vaticano II deixa claro que a presença cristã no mundo é responsabilidade de toda a Igreja, de modo que os leigos têm também uma missão espiritual; e aos ministros ordenados cabe também a missão de promover a justiça e transformar a sociedade. A missão do diácono, do padre e do bispo não é só no interior da Igreja, mas também no mundo; e a missão do leigo não é só no mundo, mas também no in-

terior da Igreja.

Isso significa que a Igreja e o mundo não são duas realidades opostas ou separadas. A Igreja é o “sacramento do mundo”, o sinal eficaz de que o Reino de Deus está presente no mundo. Assim, a comunidade cristã se acha inserida no Reino de Deus e no mundo, sem ver o mundo como um inimigo a ser combatido, mas como lugar de sua ação pastoral e evangelizadora, “a caminho do Reino definitivo”.

Não pretendemos responder prontamente “o que é Pastoral?”, mas oferecer subsídio para uma reflexão sobre a nossa ação pastoral no mundo em que vivemos, levando em conta, principalmente quatro aspectos: a) uma aproximação maior entre pastores (bispos, padres e diáconos), os de vida consagrada e os fiéis, na tomada de decisões conjuntas e na descoberta de que todos são chamados, igualmente, a exercer no mundo o seu ministério, seja leigo, ordenado ou de vida consagrada; b) Provocar outra visão da missão da Igreja, dentro do mundo e não separada dele; c) uma maior atenção à história concreta do ser humano, levando em conta a realidade em que cada um vive; d) Evangelizar, dando uma resposta às necessidades concretas de cada pessoa humana.

Referência Bibliográfica

Pe. Alberto Antoniazzi. *O que é Pastoral? – subsídios para uma reflexão*

Para refletir com seu grupo ou equipe pastoral

1. A partir desta reflexão, que compreensão você tem de Pastoral?
2. Em sua comunidade os grupos de serviço, os movimentos e as pastorais específicas têm uma verdadeira ação pastoral?
3. As Pastorais específicas existentes em sua comunidade têm apenas o nome de “pastoral”, ou têm uma ação concreta que transforma a realidade e cuida das pessoas como Jesus, o Bom Pastor?

Pe. José Geraldo de Oliveira

Paróquia de Santo Antônio, Presidente Bernardes

Vamos celebrar!

Padre Luiz Cláudio Vieira
Paróquia do Bom Pastor, Barbacena, MG

26 de novembro - Solenidade de Nosso Senhor Jesus Cristo Rei do Universo (Substituindo o 34º Domingo do Tempo Comum)

A **Liturgia da Palavra** nos três últimos domingos do ano litúrgico celebram nossa vocação escatológica, à plenitude da Vida e da felicidade completa na Jerusalém celeste. Esta Solenidade, concluindo o Ano Litúrgico, apresenta a parábola do último juízo. Acentua o caráter transcendente e escatológico do reinado de Cristo. O Senhor vem a nós como Rei, identificado com os pequeninos e necessitados e nos convida a desmontar os mecanismos de poder, de ambição e de autossuficiência que estão dentro de nós.

O **mistério Celebrado** com forte tom de esperança nos propõe fatos importantes da nossa fé: o final dos tempos, a realização definitiva do Reino e o julgamento de Deus na história. Proclamamos a realeza e o senhorio de Jesus, O Rei e Senhor do Universo, contemplando sua realeza em sua identificação com os pobres e fracos e, na total doação de sua própria vida, para reconciliar toda humanidade e o universo inteiro com Deus e entre si.

A **celebração**: 1. Apresento-lhes diversas propostas; cabe à equipe escolher aquelas que acharem mais significativas, lembrando que nem todas as indicações propostas são possíveis de serem executadas em algumas igrejas. 2. Preparar o espaço celebrativo, destacando o círio Pascal, a fonte batismal e o ícone de Jesus Cristo Senhor do Universo (que também pode entrar na procissão de entrada e ser colocado num pedestal devidamente preparando no presbitério). A cor litúrgica desta festa é o branco. 3. Hoje, é comemorado o Dia dos Leigos (as), que pela Graça batismal, receberam



REPRODUÇÃO

a missão profética sacerdotal e régia de Cristo, para transformar o mundo no “reino da verdade e da vida, reino da santidade e da graça, reino da justiça, do amor e da paz” (Cf. Prefácio da festa de Cristo Rei). O tema escolhido para o Ano do Laicato é: “*Cristãos leigos e leigas, sujeitos na Igreja em saída, a serviço do Reino*” e o lema: “*Sal da Terra e Luz do Mundo*” (Mt 5,13-14). Valorizar a participação dos leigos (as) na procissão de entrada, trazendo o Banner alusivo a abertura do ano do Laicato (A arquidiocese irá providenciar o Banner que posteriormente irá percorrer todas as comunidades). 4. No momento do Sentido Litúrgico, retomar os acontecimentos que marcaram o ano litúrgico que termina, ligando-o com a festa de Cristo Rei e identificando neles os sinais do reino de Cristo que vence o reino deste mundo. 5. Acompanhado de um canto

apropriado, como recordação do batismo pelo qual participamos da missão de Jesus, realizar o rito da aspersão enriquecido com o uso do sal na água que será abençoada, conforme nos propõe o missal à página 1001-1004. 6. A 1ª leitura poderá ser proclamada de cor e o Evangelho contado. 7. Terminar a homilia com depoimentos (testemunhos) de leigos (as), que movidos pela fé, esperança e caridade dedicam-se a obra da evangelização. Sejam motivados a partilhar com a comunidade sua vocação e atuação. 8. Após a profissão de fé, os leigos sejam motivados a renovar sua missão, através de uma fórmula a ser criada pela equipe. 9. A oração dos fiéis seja a súplica da comunidade que deseja e espera que o Reino de Deus se estabeleça no mundo. A resposta poderá ser cantada: “*Venha o teu reino, Senhor, a festa da vida recria. A nossa espera e ardor, transforma em grande alegria*”. Concluir as preces com a oração do ano do Laicato. 10. Toda a liturgia Eucarística, sobretudo o final da Oração Eucarística, seja bem participada pela assembleia, com gestos e atitude de oferenda de sua vida e seus talentos, com Cristo ao Pai. Antes do prefácio, proclamar os sinais mais fortes do reino de Jesus, presentes em nossa realidade e que foram lembrados no início da celebração. O amém final da Doxologia (“Por Cristo, com Cristo...”) seja vibrante, possivelmente cantado e acompanhado de gestos. 11. Cantar de mãos dadas o Pai-Nosso, erguendo-as ao pedido: “*venha nós o Vosso Reino*”. Realizar o Abraço da Paz como expressão do reino, no sentido de reconciliação entre as pessoas.

3 de dezembro - 1º Domingo do Advento

A **Palavra de Deus** neste tempo de Advento ajudamos a avaliar as nossas atitudes. O evangelho mostra que vivemos pressionados por muitas propostas atraentes e enganosas, mas insiste na atitude de vigilante preparação para a vinda do Senhor. A reação da comunidade cristã não é alarmar, ou perder-se com cálculos inúteis sobre o futuro, mas perseverar, viver plenamente o presente e esperar ativamente a chegada do Senhor que é, que era e que vem. Enquanto Cristo está fisicamente ausente, sua causa é confiada a nós. Por isso, não podemos “dormir” como quem se deixa levar pela indiferença e a acomodação, mas, vigilantes, através da prática do amor-serviço, venceremos o pecado.

O **Mistério Celebrado** nos insere na celebração da Páscoa do Senhor que renova nossos corações, reaviva nossa esperança e nos encoraja para continuarmos aguardando sua chegada em nossa vida, comunidade, realidade social e política. O Senhor está sempre chegando e nos visitando amorosamente, trazendo-nos vida e salvação, mesmo nos acontecimentos comuns e corriqueiros do dia a dia.

A **celebração**: 1. Esta primeira celebração do tempo do Advento seja preparada com esmero. A atitude fundamental é a vigilância, renovando em nossos corações a mesma esperança que animou, durante tantos séculos, a caminhada do povo de Deus. 2. Preparar o local da celebração, usando a cor roxa clara ou lilás, como expressão de uma alegre espera, que deve marcar as celebrações deste tempo. São elementos pedagógicos que

darão à celebração um caráter de sobriedade, despojamento e reserva simbólica, recomendada pelas normas da Igreja: a discricção ou mesmo ausência de flores e a moderação no uso dos instrumentos. 3. A equipe de acolhida deverá acolher afetuosamente as pessoas, tendo em conta o novo tempo litúrgico. Poderá entregar um cartão com a frase: “*Advento é um tempo de Graça, por isso não podemos desperdiçá-lo com distrações que nos desviam do essencial, que é acolher Jesus Cristo*”; ou outra preparada pela equipe, motivando a assembleia a se preparar para o Natal, não apenas pessoal, mas também familiar e comunitariamente. 4. Procissão de entrada trazendo a cruz processional, o Lecionário e algum outro símbolo que a comunidade preparou. Onde for costume, um cartaz com a frase: “*Carregamos em nós as sementes da esperança!*”; ou: “*Servidores ‘vigilantes’ ou, egoístas ‘dorminhocos’?*” 5. Fica a critério da equipe de celebração, se faz a entrada da 1ª vela do Advento, após a saudação do presidente ou após o sentido litúrgico. É bom cantar um refrão apropriado e entronizar a vela na coroa do Advento. Pode-se ainda realizar a bênção e o acendimento da coroa do Advento do seguinte modo: a pessoa que trouxe a vela colocá-la na coroa, fazendo uma breve oração (Sugestão: “*A luz de Cristo, que esperamos neste Advento, enxugue todas as lágrimas, acabe com as trevas, console quem está triste e encha nossos corações da alegria de preparar sua vinda!*”). 6. Outra alternativa é, no momento da aclamação ao evangelho, acender solenemente a 1ª vela. A

pessoa que acende a vela permanece ao lado da mesa da Palavra, de onde é proclamado o evangelho. Terminado a proclamação, quem preside introduz a vela na coroa dizendo: “*Esperemos vigilantes. O Senhor vai chegar!*” (ou um refrão apropriado). 7. Omite-se o hino do Glória para que seja cantado solenemente na noite de Natal. 8. O Advento é tempo de especial escuta e atenção à Palavra de Deus, de a gente se engravidar da Palavra, como Maria. Por isso, é importante preparar com zelo a Liturgia da Palavra, proclamando os textos bíblicos de maneira viva, cantando o salmo, cujo refrão deve ser acompanhado pela assembleia. A Palavra de Deus seja incensada, aclamada, beijada, pois, “quando se proclama a Palavra de Deus na celebração, é Cristo mesmo quem fala”. Valorizar também o silêncio após cada proclamação. 9. A resposta às preces poderá ser cantada e expressar desejo e expectativa, como: “*Vem, Senhor! Vem, nos salvar, com teu povo, Vem caminhar!*”. 10. O advento é um tempo em que a Igreja reaviva a missão de anúncio do Messias. Neste sentido, equipe da Pastoral Litúrgica, juntamente com o pároco, poderá prever com antecedência um compromisso de transformação de situações que necessitam ser modificadas conforme a realidade local, e a cada domingo algumas pessoas partilharem como estão realizando o compromisso. 11. Nos avisos, o coordenador do CCP fale sobre a organização da Novena de Natal e motive a participação da comunidade. 12. Bênção final, própria do Advento, conforme p. 519 do Missal Romano.

8 de dezembro - Imaculada Conceição de Nossa Senhora (Solenidade)

A **Liturgia da Palavra** nos apresenta o anúncio do nascimento de Jesus. Com Maria, primeira e mais fiel discípula de Jesus, aprendemos a seguir, a escutar e praticar a “Palavra”, esperar e vigiar. Ela nos insere profundamente na mística do Advento, inspirando-nos a discernir os sinais do Reino já presente e a dedicarmos-nos para que ele venha em plenitude.

O **mistério celebrado**, fazendo memória da virgem Maria, a nova Eva, mãe dos vivos, grávida do Verbo de Deus que redimiu o ser humano através da cruz, somos ajudados a compreender que a misericórdia do Senhor é preparada desde a concepção de Maria, para chegar a toda humanidade.

A **celebração**: 1. A celebração da festa da Imaculada Conceição nos insere mais profundamente na caminhada do Advento. Contemplando a vinda de Deus em nossa humanidade, somos convidados a abrir nossas vidas para a proposta de Deus. Aproveitando esta festa litúrgica, encerraremos o “Ano Mariano”, manifestando nossa autêntica devoção à Santíssima Virgem. 2. Na procissão de entrada após a cruz processional, introduzir a imagem (ou ícone) da Virgem Maria, acompanhada pelas crianças da catequese com flores e incenso. 3. Quem faz o sentido litúrgico, deverá esclarecer aos fiéis, que Maria foi escolhida providencialmente para ser a mãe do Redentor e que está intimamente associada a Ele no Mistério da salvação. 4. Canta-se o Hino do Glória. 5. Acender as velas da Menorah, antes da primeira leitura, enquanto se canta algo para preparar os ouvidos e o coração da comunidade (“*Shemá Israel*”, ou “*És Maria, a virgem que sabe ouvir*”). Este gesto revela a ligação entre o Antigo e o Novo Testamento: Maria a filha de “Sião”, repleta do amor divino, exulta de alegria pelas promessas messiânicas de salvação que estão se cumprindo e é sinal do povo da primeira aliança que aguardou e acolheu a salvação. 6. A homilia poderá com o canto da piedade popular “*Ave cheia de Graça, Ave cheia de amor, Salve oh mãe de Jesus, a ti nosso canto e nosso louvor*”, ou outro. 7. O abraço da paz pode ser acompanhado do refrão: “*Onde reina o amor*”. 8. Após a comunhão, preparar,



REPRODUÇÃO

juntamente com a catequese, uma bonita homenagem para a Virgem Maria. 9. Terminar a homenagem convidando a comunidade para fazer sua consagração à mãe de Deus, depositando nela a esperança de auxílio maternal. 10. Nas paróquias onde não se realiza o rito

de consagração à Santíssima Virgem, após o batizado, fazê-lo neste dia. No Ritual de Bênçãos, Apêndice II (Página 499), há um rito de consagração para depois do Batismo. 11. Bênção final conforme o Missal, página 527, nº 15.



REPRODUÇÃO

A **liturgia da Palavra** mostra que encontramos-nos na condição de êxodo, isto é, a caminho para uma vida mais justa, mais fraterna e “santa”. Preparar-se para o Natal é fazer o êxodo pessoal, familiar e comunitário. É também, prestar atenção à vida e à mensagem de João Batista anunciando o Messias e exigindo conversão, mediante o sinal do batismo. Renovemos as promessas do nosso batismo, renunciando toda espécie de pecado e nos engajemos no compromisso concreto a serviço da vida.

10 de dezembro - 2º Domingo do Advento

O **Mistério Celebrado** nos insere na celebração da Páscoa de Cristo, o Messias que vem para realizar, no Espírito, a Boa Nova da Salvação de que falou o profeta Isaías. Jesus está no meio de nós, sua manifestação passa pela nossa vida. Peçamos, portanto que o Senhor coloque em nós o seu Espírito, para entrarmos com totalidade no seu seguimento e que a participação neste Mistério, nos impulse à conversão.

A **celebração**: 1. Preparar o local da celebração, usando a cor roxa clara ou lilás, como expressão de uma alegre espera, que deve marcar as celebrações deste tempo. A discricção ou ausência de flores dará à celebração, um caráter de sobriedade que é próprio deste tempo. Colocar um tronco com um broto, junto à Mesa da Palavra ou, à coroa do advento. 2. Procissão de entrada trazendo a cruz processional, o Lecionário e algum outro símbolo que acentue nossa vocação profética. Onde for costume, um cartaz com a frase: “*Preparai o caminho do Senhor*”; ou: “*Carregamos em nós as sementes da esperança!*”. 3. Acender a 2ª vela do Advento nos ritos iniciais como já foi sugerido no domingo anterior, ou no momento da aclamação ao Evangelho. Após a proclamação, apresentá-la à assembleia juntamente com o Evangeliário. Esse gesto poderá ser acompanhado por uma frase ou refrão inspirado nas leituras ou no salmo deste domingo. Em seguida, a vela é colocada na coroa do Advento, com a outra já acesa. 4. Após o sentido litúrgico, através de jogral, a comunidade pode recordar e testemunhar fatos na vida dos santos padroeiros e também de pessoas pró-

ximas da comunidade, que são sinais da presença de Jesus entre nós. 5. No momento do Ato Penitencial, quem preside traz presente aquilo que são hoje os sinais de morte, de não compromisso com a vida e o Reino (evitando um tom moralista). A comunidade confessa-se pecadora diante do Senhor, para então celebrar Sua misericórdia, sempre pronta a nos acolher e perdoar. 6. Omite-se o hino do Glória para que seja cantado solenemente na noite de Natal. 7. É importante preparar com capricho a Liturgia da Palavra, proclamando os textos bíblicos de maneira viva e cantando o salmo, cujo refrão deve ser acompanhado pela assembleia. A Palavra de Deus seja incensada, aclamada, beijada. A primeira leitura poderia ser proclamada de cor de forma que fique bem evidente o anúncio. Valorizar também o silêncio após cada proclamação. 8. Fazer menção à festa de Nossa Senhora de Guadalupe, padroeira da América Latina, celebrada no dia 12. Dia 13 comemora-se a festa de Santa Luzia, muito valorizada na piedade popular; se não houver celebração própria, quem preside dê a bênção das “vistas”. 9. O advento é um tempo em que a Igreja reaviva a missão de anúncio do Messias, continuar a proposta de gesto concreto; algumas pessoas poderão partilhar o que já realizaram acerca do compromisso proposto pela equipe da Pastoral Litúrgica juntamente com o pároco. 10. Nos avisos, o coordenador do CCP poderá falar sobre a organização e motivar para que participem da novena de Natal. 11. Bênção final, própria do Advento, conforme p. 519 do Missal Romano.

Ensino, participação e consciência agroecológica

Escola Família Agrícola trabalha ensino e agroecologia respeitando o protagonismo dos alunos

Um espaço onde a participação e a preocupação com a agroecologia possuem um papel diferenciado. A Escola família Agrícola (EFA) é uma instituição de ensino com um caráter comunitário e que tem a missão de promover a formação integral de agricultores/as familiares e trabalhadores/as rurais, visando o desenvolvimento sustentável local.

Seguindo a pedagogia da alternância, as escolas são de tempo integral, onde os alunos ficam um período na escola, envolvidos nos estudos, trabalhos práticos, desempenhando-se as funções e outras atividades; e outro período, em casa, repassando o que aprenderam e trocando os conhecimentos e experiências aprendidas. Neste modelo de ensino, o sujeito tem a possibilidade de unir a teoria com a prática.

“Na EFA nós trabalhamos com quatro pilares. Dois pilares relacionados ao meio, que são a associação que gerencia a escola e a pedagogia da alternância. E temos os pilares da finalidade, que vai garantir a formação integral dos jovens e o desenvolvimento e o envolvimento com o meio. Para auxiliar nesse processo, as viagens, os intercâmbios com outras escolas, os debates políticos da agroecologia e as atividades práticas fazem toda a diferença”, explica o diretor da EFA de Acaiaca, Gilmar de Souza.

Para fortalecer o ensino e a participação dos jovens, o envolvimento das famílias, a participação em eventos e a realização da Festa da Terra são iniciativas realizadas nas EFAs. “Essas atividades ajudam no desenvolvimento crítico de cada aluno da EFA e são de grande importância, tornando-se um diferencial de nossas escolas”, disse Silvano Duarte, diretor da EFA de Jequeri.

EFAs na Arquidiocese

Desde o seu surgimento no território da Igreja particular de Mariana, a arquidiocese tem envolvimento com as EFAs. Com o Projeto Comunidade Educativa Popular Agrícola (CEPA), Dom Luciano Mendes de Almeida ajudou a implantar as Escolas Família Agrícolas na região. “Dom Luciano criou CEPA para coordenar este projeto. A primeira escola criada na arquidiocese foi



Alunos cuidam de horta da Escola Família Agrícola Dom Luciano, localizada em Catas Altas da Noruega, na Região Mariana Centro.

em Piranga, depois foi para Sem Peixe, Viçosa e Jequeri. Por iniciativa de Dom Luciano, foi criada, também, a Fundação Mineira das Escolas Agrícolas”, conta o diretor da Fundação Marianense de Educação, diácono Paulo Isais.

Encontros, pastorais e movimentos ligados à Igreja foram outros impulsores das EFAs. O projeto da Escola Família Agrícola Paulo Freire de Acaiaca começou a ser discutido em 1991, em um encontro regional de representantes das Comunidades Eclesiais de Base, lideran-

ças religiosas, agricultores e jovens rurais promovido pela paróquia de São Gonçalo, em Acaiaca.

Atualmente existem seis EFAs no território da arquidiocese: a EFA Paulo Freire, em Acaiaca, a EFA de Jequeri, a EFA Camões em Sem Peixe, a EFA Puris em Araponga, a EFA Serra do Brigadeiro em Ervália e a EFA Dom Luciano, em Catas Altas da Noruega.

Além do Ensino Médio, essas instituições oferecem o curso técnico em Agropecuária e o a Educação de Jovens Adultos (EJA).



Alunos do terceiro ano constrem uma horta circular, na Escola Família Agrícola Puris, de Araponga, região Mariana Leste.